



O Legislativo

Publicação Oficial da Câmara Municipal de Ubá

Impresso Especial
9912180105/2007-DR/MG
Câmara Municipal de Ubá



UBÁ - MINAS GERAIS ■ WWW.CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ TEL: 32-3539-5000 ■ IMPRENSA@CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ ANO III - Nº 39 - 15 de setembro / 2009

Vereadores escutam reivindicações em Miragaia



A comunidade da Miragaia recebeu a terceira reunião do Programa Câmara Itinerante no último dia 15/09. Embora a reunião tenha começado somente às 19hs, o Presidente da Câmara, Vereador Cláudio Ponciano (PT), passou o dia no distrito, onde conversou com a população e fez palestra sobre o Poder Legislativo para os estudantes da Escola Estadual João Ferreira de Andrade, atendendo ao convite da diretora Wânia Braga Campos Almeida.

Já à noite, o salão comunitário ficou completamente tomado pela comunidade, e houve quem tivesse que se espremer na porta e nas janelas para acompanhar a sessão. “Esta é uma oportunidade única, é a primeira vez que todos os vereadores vêm até a Miragaia”, disse um morador do distrito.

Vereadores ouviram reivindicações da comunidade de Miragaia e prometeram empenho junto ao Executivo para que as necessidades sejam sanadas

Pág 03

Centro de Referência do Trabalhador pode se tornar realidade em Ubá

Através da mensagem 057, o chefe do Executivo encaminhou à Câmara Municipal um projeto de Lei que “autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento municipal de 2009, para obras de reforma do imóvel do Centro de

Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST/Ubá e dá outras providências”. O projeto foi elaborado mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. O Crédito especial, no valor de R\$105 mil,

servirá para cobrir despesas com obras de reforma do imóvel situado no bairro Eldorado, onde funcionará o CEREST/Ubá. Os vereadores aprovaram o projeto que seguiu para a sanção do Executivo.



O lugar que vai abrigar o CEREST já foi um Posto de Saúde da Prefeitura

Pág 07

Destques

□ Seminário Legislativo

Pág 03

□ Vereadora quer construção de creche no distrito de Miragaia

Pág 04

□ Câmara dos Deputados aprova aumento do número de vereadores do País

Pág 05

□ Política de saúde pública pode contar com terapias naturais

Pág 06

Palavra do Presidente

Você sabe a diferença entre um Posto de Saúde e o Programa de Saúde da Família?

*Claudio Ponciano

O Programa de Saúde da Família (PSF), como é mais conhecido em Ubá, foi criado para mudar o atual modelo de saúde praticado no Brasil. O modelo antigo está centrado na doença e hospitalização, e os profissionais de saúde aguardam que os pacientes lhe procurem nos Postos de Saúde, consultórios e/ou hospitais e geralmente não se preocupam com os agentes causadores das doenças.

Já o modelo do PSF é baseado na prevenção das doenças e no Vínculo entre a equipe de saúde e as famílias atendidas.

Esta aposta de trabalhar para a mudança do modelo através dos investimentos no Programa de Saúde da Família é condizente com o conceito de saúde que não se resume apenas a ausência de doenças e sim vários outros fatores relacionados à condição de vida, como moradia, emprego e renda, condições de alimentação, etc. Com esta abrangência de definição de saúde conclui-se que o ciclo doença/cura pode ser reduzido drasticamente ao mudar o nosso modo de vida, nossos hábitos e costumes, e assim adoeceremos menos.

Segundo o Ministério da Saúde, se funcionar adequadamente, uma Unidade Básica de Saúde da Família é capaz de resolver 85% dos problemas de saúde em sua comunidade, prestando atendimento de bom nível, prevenindo doenças, evitando internações desnecessárias e melhorando a qualidade de vida da população.

Mas para que estas metas sejam alcançadas, a população precisa conhecer e participar, não apenas como "paciente", mas "impaciente" como cidadão e sujeito na

elaboração das políticas que são executadas pelo Programa de Saúde da Família na sua comunidade.

A população precisa exigir que a equipe desenvolva atividades preventivas junto à comunidade. Cada equipe sob a coordenação do enfermeiro (a) tem a obrigação de elaborar um plano de ação com a participação da comunidade local (fábricas, associações, igrejas, pastorais, clubes, etc.) Este plano deveria ser apresentado e discutido em reuniões mensais com a comunidade, em horário compatível para a participação dos trabalhadores, onde seriam avaliados os avanços, as dificuldades e as metas futuras.

Como o objetivo de capacitar lideranças para uma atuação mais propositiva, ou seja, cidadã e "impaciente", junto as Unidades Básicas de Saúde da Família em Ubá, a Câmara Municipal de Ubá e Federação Municipal das Associações Comunitárias - FEMAC vão realizar um seminário no próximo dia três de outubro.

Desde a metade do mês de agosto que as comunidades estão se reunindo para preparar um diagnóstico sobre o funcionamento do PSF em Ubá, a partir da visão do usuário. A metodologia do seminário é o Ver/Julgar/Agir, ou Prática/Teoria/Prática muito usados nas Comunidades Eclesiais de Base - CEB's. A comunidade apresentará o seu diagnóstico, alguns técnicos apresentarão a teoria já experimentada e praticada com sucesso em alguma comunidade e, finalmente, esperamos sair do seminário com o compromisso de um novo agir individual e coletivo.

Presidente da Câmara hasteia bandeira durante comemorações da independência

As comemorações do dia da Independência do Brasil, em Ubá, aconteceram no Horto Florestal, durante a Festa das Nações, na manhã do dia 07/09. O Tiro de Guerra 04-028 marcou presença. Várias autoridades estiveram presentes, entre eles o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Cláudio Ponciano (PT), o Vice-Presidente da Câmara, Vereador Carlos Rufato (PSDB), e o Prefeito de Ubá, Vadinho Baião. Durante a cerimônia cívica, o Presidente da Câmara hasteou a bandeira de Minas Gerais. O grupo de Capoeira do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Domingos fez uma apresentação durante as comemorações.

A História

A Independência do Brasil é um dos fatos históricos mais importantes de nosso país, pois marca o fim do domínio português e a conquista da autonomia política. Muitas tentativas anteriores ocorreram e muitas pessoas morreram na luta por este ideal. Podemos citar o caso mais conhecido: Tiradentes. Foi executado pela coroa portuguesa por defender a liberdade de nosso país, durante o processo da Inconfidência Mineira.

Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro I recebeu uma carta das cortes de Lisboa, exigindo seu retorno para Portugal. Há tempos os portugueses insistiam nesta idéia, pois pretendiam recolonizar o Brasil e a presença de D. Pedro impedia este ideal. Porém, D. Pedro respondeu negativamente aos chamados de Portugal e proclamou: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico".

Após o Dia do Fico, D. Pedro tomou uma série de medidas que desagradaram à metrópole, pois preparavam caminho para a independência do Brasil. D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte, organizou a Marinha de Guerra, obrigou as tropas de Portugal a



Tiro de Guerra 04-028 prestigiou o evento

voltarem para o reino. Determinou também que nenhuma lei de Portugal seria colocada em vigor sem o "cumpra-se", ou seja, sem a sua aprovação. Além disso, o futuro imperador do Brasil conclamava o povo a lutar pela independência.

O príncipe fez uma rápida viagem a Minas Gerais e a São Paulo para acalmar setores da sociedade que estavam preocupados com os últimos acontecimentos, pois acreditavam que tudo isto poderia ocasionar uma desestabilização social. Durante a viagem, D. Pedro recebeu uma nova carta de Portugal que anulava a Assembleia Constituinte e exigia a volta imediata dele para a metrópole.

Estas notícias chegaram às mãos de D. Pedro quando este estava em viagem de Santos para São Paulo. Próximo ao riacho do Ipiranga, levantou a espada e gritou: "Independência ou Morte!". Este fato ocorreu no dia 7 de setembro de 1822 e marcou a Independência do Brasil. No mês de dezembro de 1822, D. Pedro foi declarado imperador do Brasil.

Os primeiros países que reconheceram a independência do Brasil foram os Estados Unidos e o México. Portugal exigiu do Brasil o pagamento de dois milhões de libras esterlinas



Claudio Ponciano (PT), Presidente da Câmara, hasteou a bandeira de Minas Gerais

para reconhecer a independência de sua colônia. Sem este dinheiro, D. Pedro recorreu a um empréstimo da Inglaterra. Embora tenha sido de grande valor, este fato histórico não provocou rupturas sociais no Brasil. O povo mais pobre se quer acompanhou ou entendeu o significado da independência. A estrutura agrária continuou a mesma, a escravidão se manteve e a distribuição de renda continuou desigual. A elite agrária, que deu suporte D. Pedro I, foi a camada que mais se beneficiou.

Câmara Municipal de Ubá

Mesa diretora - Biênio
2009/2010

Presidente:

Claudio Ponciano (PT)
claudio.ponciano@camarauba.mg.gov.br

Vice - Presidente:

Carlos da Silva Rufato (PSDB)
carlos.rufato@camarauba.mg.gov.br

2º Vice - Presidente:

Jorge Custódio Gervásio (PV)
jorge.gervasio@camarauba.mg.gov.br

1ª Secretária:

Rosângela Alfenas (PSDB)
rosangelaalfenas@camarauba.mg.gov.br

2º Secretário:

Paulo César Raymundo (DEM)
paulo.pc@camarauba.mg.gov.br

Diretora Geral:

Maria Letícia Mendonça
Maciel
leticia.diretora@camarauba.mg.gov.br

Assessoria de Comunicação:

Martim A. C. Barbosa
(JP 10.040/MG)
martim.barbosa@camarauba.mg.gov.br

Técnico de Nível Superior -

Jornalista:
Rodrigo O. de Farias
(JP 12.895/MG)
rodrigo.jornalismo@camarauba.mg.gov.br

Assessoria Jurídica:

Cristiana Janaína B. J. dos Santos
(OAB/MG 110.021)
cristiana.juridico@camarauba.mg.gov.br

E-mail:

contatos@camarauba.mg.gov.br

site:

www.camarauba.mg.gov.br

Endereço:

Rua Santa Cruz, 301
CEP 36500 000
Ubá - Minas Gerais

Telefone:

32-3539-5000 (PABX)

O Legislativo

Jornalista Responsável:

Martim A. C. Barbosa
(JP 10.040/MG)
imprensa@camarauba.mg.gov.br

Impressão:

Maffer Gráfica e Editora Ltda
CNPJ: 04.415.126-0001/88

Tiragem:

1000 exemplares.
Quinzenal

Vereadores escutam reivindicações em Miragaia

A comunidade da Miragaia recebeu a terceira reunião do Programa Câmara Itinerante no último dia 15/09. Embora a reunião tenha começado somente às 19hs, o Presidente da Câmara, Vereador Cláudio Ponciano (PT), passou o dia no distrito, onde conversou com a população e fez palestra sobre o Poder Legislativo para os estudantes da Escola Estadual João Ferreira de Andrade, atendendo ao convite da diretora Wânia Braga Campos Almeida.

Já à noite, o salão comunitário ficou completamente tomado pela comunidade, e houve quem tivesse que se espremer na porta e nas janelas para acompanhar a sessão. "Esta é uma oportunidade única, é a primeira vez que todos os vereadores vêm até a Miragaia", disse um morador do distrito.

Durante a reunião, após duas estudantes declamarem poesias para os presentes, o 1º Vice-Presidente do Sindicato Rural de Ubá, Edson Teixeira Filho, falou um pouco sobre as barraginhas que estão sendo construídas ao longo da estrada que liga o distrito à sede do município. "Estas barraginhas ajudarão muito. Elas vão segurar a água das chuvas, servindo de escoamento no período das águas. E como reservatórios no período da seca", disse.

"Área de Preservação Ambiental: como regularizar uma APA; seus benefícios e suas dificuldades". Este era o sub-tema da reunião, e o assunto ficou a cargo do

Diretor Regional de Apoio Técnico da SUPRAM Zona da Mata, Gláucio C. Cabral de Barros Nogueira.

De acordo com o palestrante da noite, Área de Preservação Ambiental (APA) pode ser definida de várias formas e o ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar: a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração; a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável; a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

A população também se manifestou. Questionou o palestrante da noite e apresentou uma série de reivindicações para o distrito e adjacências (comunidade da Zueira, dos Alfenas).

Solicitações da Escola

Entretenimento cultural; computadores e equipamentos de informática; máquina de xérox; cimentar o pátio frontal; manutenção; evento de ação social (médicos, psicólogos, dentistas, e locais para retirar documentos como RG, CPF, Carteira de Trabalho).

Solicitações dos Moradores

Acesso a cursos especializantes; posto de saúde; acesso à internet;



População compareceu em grande número à reunião

construção de rede de captação de esgoto; reforma do local onde ficam instalados os equipamentos de sinal de TV, bem como sua manutenção. Vale transporte sem estipulação de horário para que o aluno tenha que voltar de Ubá (os alunos, de acordo com os depoimentos, são obrigados a voltar no horário estipulado, não podendo frequentar cursos no CVT, por exemplo).

O Programa

Os objetivos do programa Câmara Itinerante consistem em aproximar o contato do vereador com a população de cada região da cidade; integrar a população às ações do Poder Legislativo Municipal,

abrindo a perspectiva de trabalharem juntos a partir da discussão comum dos problemas que envolvem o município; propiciar ao vereador conhecer de perto todas as regiões da cidade, que transformem este contato em realizações mútuas; prever aspirações populares, visando intervir junto a cada comunidade e encaminhar suas propostas ao setor competente da prefeitura.

A primeira reunião do programa da Câmara Municipal aconteceu na Colônia Pe. Damião (18/06) houve uma palestra com o consultor em Administração de Recursos Humanos, Adilson Aparecido de Souza,

ex-morador de uma colônia que falou sobre sua experiência pessoal e os desdobramentos dos trabalhos dos internos de colônias.

Já no distrito de Ubari, onde foi realizada a segunda reunião da Câmara Itinerante (14/07), Francisco Pena, Extencionista em Agropecuária, falou sobre a importância do associativismo no enfrentamento das questões sociais e econômicas da comunidade, expondo a experiência prática de Senador Firmino.

A próxima reunião do Programa Câmara Itinerante vai acontecer no distrito de Diamante, e está marcada para o dia 20 de outubro.

Seminário Legislativo

Atenção Primária ESF: Estratégias de Saúde da Família em Ubá

Objetivos:

Preparação para a Conferência Municipal de Saúde;
Propostas para o Plano Municipal de Saúde e elaboração legislativa.

Data: 03 de outubro de 2009

Horário: 13 às 19hs

**Local: Câmara Municipal de Ubá
Rua Santa Cruz, 301**

Inscrições nas Associações de Moradores

Pauta:

Diagnóstico do PSF em Ubá a partir do usuário;
Apresentação de experiência prática ;
Propostas para a melhoria do PSF em Ubá.

Realização:

*Câmara Municipal de Ubá
Poder Legislativo*



FEDERAÇÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
DOS BAIRROS E DISTRITOS DE UBÁ - MG - FEMAC

Vereador que Comitê para enfrentamento da Influenza A



A Formação do Comitê Municipal de enfrentamento da Influenza A (H1N1), com membros da administração municipal e de profissionais da área da saúde, preparados para orientar o combate deste novo tipo de gripe, que tende a aumentar na Zona da

Mata foi objeto da indicação 276/09, de autoria do Vereador Dr. Valadão (PTB). O parlamentar sugere, ainda, a criação de um ambulatório municipal de referência da gripe, para o atendimento dos casos de infecções respiratórias com

agravantes, encaminhados dos postos de saúde e pelas equipes de saúde da família. De acordo com o vereador, “o comitê teria a incumbência de providenciar exames, medicamentos, leitos hospitalares e manter a

população e os meios de comunicação informados do curso da epidemia, bem como melhorar a capacitação dos profissionais da saúde”. O requerimento foi aprovado por unanimidade na reunião do dia 08/09.

Parlamentar que a construção de um quartel da PM no município

Através da indicação 283/09, o Vereador Jorge da Kombi (PV) solicitou o envio de correspondência ao prefeito de Ubá, pedindo que este determine ao setor

competente a realização de estudos técnicos para firmar convênio com o Estado de Minas Gerais para a construção de um quartel da Polícia Militar na cidade.

De acordo com o documento, aprovado por unanimidade durante a reunião ordinária do dia 14/09, o quartel poderia ser construído na parte da

frente do local onde está instalada a 35ª Cia da PM

Leitura é tema de proposição

A feira do Livro marcou as décadas de 80 e 90 em Ubá. O objetivo era popularizar o livro e movimentar a cidade para o gosto da leitura. Com uma programação ampla e diversificada em torno da literatura, as edições da feira

do livro atingiram e marcaram a vida de pessoas de todas as faixas etárias, oferecendo a oportunidade do contato direto do público com o livro, bem como escritores, produtores culturais e livreiros.

Com este pensamento, o Vereador Vinícius Samôr de Lacerda (PT), apresentou um requerimento solicitando ao Executivo que providências sejam tomadas no sentido de que seja mobilizada a volta da Feira do Livro na cidade.

De acordo com o autor do requerimento, esta “era uma

Vereadora quer construção de creche no distrito de Miragaia

A indicação 213/09, de autoria da Vereadora Rosângela Alfenas, solicita ao Executivo Municipal e à Secretaria Municipal de Ação Social, a construção de uma creche no Distrito de Miragaia.

“Por estar distante da sede do município e contar com poucas ofertas de emprego, as mães residentes naquele distrito se vêem desamparadas quando tem de se deslocar até a zona urbana da cidade para trabalhar e

ajudar no sustento de sua família. A implantação de uma creche irá diminuir o sofrimento destas mães, como, também, contribuir para a assistência a seus filhos que não podem ficar à margem dos benefícios

instituídos pelo poder público”, justifica a 1ª



Executivo quer alterar perímetro urbano do município



Através de mensagem encaminhada à Câmara, o chefe do Executivo municipal encaminhou projeto de Lei que “dispõe sobre o perímetro urbano no município de Ubá e dá outras providências”.

De acordo com o texto, a delimitação de um novo perímetro urbano é de fundamental importância para o controle do crescimento da cidade. “É por meio da Lei do perímetro urbano que o poder público municipal determina a área onde se propõe a

cobrar tributos de sua competência como IPTU, ISS, entre outras; exercer seu poder de fiscalização sobre território em consonância com a lei de parcelamento, lei de uso e ocupação, código de posturas e a lei ambiental; bem como prestar serviços à comunidade com equipamentos urbanos e equipamentos comunitários”, diz a mensagem.

Ainda de acordo com o texto, a função básica do perímetro urbano é distinguir o que é urbano

do que é rural. “O que aparentemente no papel possa parecer fácil, na realidade é complexo, pois é preciso acompanhar a evolução da ocupação do espaço urbano e atualizar continuamente o cadastro imobiliário”, afirma. O projeto segue para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) para emissão de parecer. Após este trâmite, o projeto segue para apreciação do plenário.

Vereador quer escritório de empreiteiras na cidade

Problemas com as empreiteiras na cidade de Ubá não tem sido fatos corriqueiros. Com o pensamento em solucionar este problema, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vereador Carlos Rufato (PSDB), apresentou uma indicação solicitando ao Chefe do Executivo a realização de estudos técnicos que visem a

possibilidade de constar em contratos firmados entre o município de Ubá e empreiteiras prestadoras de serviços públicos, cláusula no sentido de obrigar a prestadora à manter escritório fixo na cidade. O documento foi aprovado por unanimidade dos vereadores durante sessão ordinária ocorrida no último dia 14/09.

Conselho Tutelar pede ajuda à Câmara

Em correspondência encaminhada à Câmara Municipal, o Conselho Tutelar de Ubá, solicita providências para solucionar “uma grave violação a direito de uma grande parcela de crianças e adolescentes do município”. De acordo com o texto recebido, o posto de saúde do bairro Cohab

encontra-se há quatro meses sem atendimento médico pediátrico. A população informa que era atendida pelo Dr. Carlos Alberto, que também não era rigoroso na pontualidade. População e Conselho Tutelar pede soluções imediatas para que o atendimento seja retomado imediatamente.

Vereador pede reabertura de estrada

Através de indicação, o vereador Dalmo Cabeleireiro (PT) solicitou ao chefe do Executivo que determine ao setor competente da prefeitura a realização de estudos técnicos para a reabertura de uma estrada ligando a Pedra Redonda à Barrinha, comunidade rural do município. O documento foi aprovado por unanimidade durante a reunião do último dia 08/09.

Câmara dos Deputados aprova aumento do número de vereadores do País

O Plenário aprovou em primeiro turno, as PECs 336/09 e 379/09, ambas do Senado, que aumentam o número de vereadores do País dos atuais cerca de 52 mil para cerca de 59 mil. Além disso, ficam reduzidos os percentuais máximos da receita municipal que podem ser gastos com as câmaras. O texto mantém as 24 faixas de números de vereadores aprovadas pela Câmara no ano passado, mas muda a fórmula de cálculo das despesas. A matéria ainda precisa ser votada em segundo turno.

O substitutivo votado, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), não faz mudanças de mérito nas PECs, pois apenas reúne os dois textos em um só. A matéria teve 370 votos a favor e 32 contra. Segundo o relator, a aprovação significa o "resgate da democracia e da dignidade de todos os representantes das câmaras municipais do Brasil".

De acordo com ele, "não há razão válida para que os vereadores que vierem a tomar posse com base na emenda constitucional tenham direito a retroatividade de remuneração".

Um dos pontos polêmicos do texto é a validade retroativa para o pleito de 2008 da mudança do número de vereadores. Isso beneficiará cerca de 7 mil suplentes. Entretanto, a redução dos repasses passará a valer a partir do ano seguinte à promulgação da PEC. Um dos poucos a se manifestar contra as PECs, o deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) considerou inconstitucional a

aplicação da regra às eleições de 2008. "É uma proposta que vai alterar o resultado de uma eleição homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)", afirmou. Para ele, o TSE não aceitará essa retroatividade.

Divergência e acordo

No ano passado, o Senado aprovou apenas o aumento de vereadores, transformado na PEC 336/09. Quando essa proposta foi enviada à Câmara, o então presidente

Arlindo Chinaglia (PT-SP) se recusou a promulgá-la. Ele argumentou que os senadores romperam o equilíbrio do texto aprovado antes pelos deputados (o aumento de vagas estava condicionado à diminuição de despesas).

A recusa levou o então presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, a entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) exigindo a promulgação parcial do texto já aprovado pelas duas Casas e que tratava apenas do aumento de vereadores.

Em março deste ano, houve um acordo que resolveu esse impasse: as novas mesas diretoras das duas Casas decidiram analisar a parte que trata da limitação de gastos em outra proposta e o Senado desistiu do mandado de segurança no STF.

Por isso, foram aprovadas duas PECs nesta quarta-feira.

As regras que reduziam as despesas foram incluídas na PEC 379/09, mas com um método de cálculo diferente do aprovado pelos deputados. Em vez de percentuais relacionados a faixas de receita anual dos municípios, os senadores mantiveram a aplicação de percentuais com base em faixas de população, como determina a

Constituição atualmente.

Mais faixas

Hoje, a Constituição prevê três faixas de números de vereadores de acordo com a população: de 9 a 21 vereadores nos municípios com até um milhão de habitantes; de 33 a 41 naqueles com mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes; e de 42 a 55 vereadores em localidades com mais de

cinco milhões.

O texto aprovado distribui os vereadores em 24 faixas, também de acordo com a população. Os municípios com até 15 mil pessoas terão nove vereadores. O número máximo de 55 vereadores será permitido para municípios com mais de oito milhões de habitantes (atualmente, apenas a cidade de São Paulo se enquadra nesse limite).

TABELA 2

POPULAÇÃO	N.º MÁXIMO DE VEREADORES
até 15.000	09
mais de 15.000 até 30.000	11
mais de 30.000 até 50.000	13
mais de 50.000 até 80.000	15
mais de 80.000 até 120.000	17
mais de 120.000 até 160.000	19
mais de 160.000 até 300.000	21
mais de 300.000 até 450.000	23
mais de 450.000 até 600.000	25
mais de 600.000 até 750.000	27
mais de 750.000 até 900.000	29
mais de 900.000 até 1.050.000	31
mais de 1.050.000 até 1.200.000	33
mais de 1.200.000 até 1.350.000	35
mais de 1.350.000 até 1.500.000	37
mais de 1.500.000 até 1.800.000	39
mais de 1.800.000 até 2.400.000	41
mais de 2.400.000 até 3.000.000	43
mais de 3.000.000 até 4.000.000	45
mais de 4.000.000 até 5.000.000	47
mais de 5.000.000 até 6.000.000	49
mais de 6.000.000 até 7.000.000	51
mais de 7.000.000 até 8.000.000	53
mais de 8.000.000	55



Acompanhe as reuniões da Câmara Municipal de Ubá

Segundas-Feiras às 19h

Rua Santa Cruz, 301

www.camarauba.mg.gov.br
imprensa@camarauba.mg.gov.br

Notas

Defensoria Pública a beira do colapso

A Defensoria Pública de Minas Gerais é a que tem as piores condições de trabalho e os piores salários do Brasil. Essa constatação foi consenso entre deputados e convidados da audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada a partir do requerimento do deputado Gilberto Abramo (PMDB). Ele traçou um quadro sombrio de escassez de recursos e de pessoal, evasão constante de defensores em busca de melhores salários e afirmou que há defensores que compram computadores do próprio bolso para trabalhar.

Dados contundentes foram apresentados pelos representantes que compuseram a mesa. Felipe Soledade, presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep), disse que a cada 12 dias um defensor se demite por questões salariais, e com isso eles vão escasseando em cidades importantes. Segundo Soledade, Betim tem apenas quatro, e Santa Luzia não tem nenhum.

A administradora do Orçamento da Defensoria, Jeanne Barbosa, convidou os deputados a visitarem a unidade de Ubá, que estaria em situação vergonhosa, e a de Sabará, que funciona num porão. Disse que o Orçamento de 2008 foi de R\$ 118 milhões, alcançando R\$ 136 milhões com uma suplementação, mas que para 2010 serão os mesmos R\$ 118 milhões, acrescentados apenas da correção inflacionária.

Procon alerta sobre proibição para tarifa de renovação de cadastro

O Procon informa a todos os consumidores que as instituições bancárias não podem mais cobrar pela tarifa de renovação de cadastro. É o que determina a Circular 3.466, do Banco Central do Brasil, em vigor desde o dia 11/09. Alguns bancos chegavam a cobrar mais de R\$ 100 por essa tarifa.

De acordo com o Procon, a cobrança é questionável porque não existe nenhuma prestação efetiva de serviço por parte do banco que justifique essa cobrança. Além disso, ela se dava por simples decurso de prazo anual.

A nova circular do Banco Central também prevê mudança nas tabelas de tarifas, cuja divulgação deverá ser feita pelos bancos até 14 de outubro de 2009, de forma clara, visível e de fácil acesso ao consumidor. O cidadão pode fazer reclamações diretamente no Banco Central do Brasil, pelo telefone 0800-9792345, ou ao Procon de sua cidade.

Vereadores aprovam projetos

O feriado da independência provocou uma situação nada corriqueira para a Câmara Municipal: a reunião ordinária que aconteceria na segunda-feira, como determina o Regimento Interno da Casa, aconteceu na terça-feira (08/09). Isto se deve ao fato de constar no art. 74, do Regimento Interno da Casa, em seu parágrafo segundo, o seguinte texto: “quando ocorrer feriado na segunda-feira, a reunião ordinária será transferida para o primeiro dia útil posterior”.

Logo no início da sessão, após a leitura do protocolo, a reunião foi suspensa para que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) pudesse emitir pareceres de projetos encaminhados sob o regime de urgência de que trata o art. 83 da Lei Orgânica do Município.

Ao fim da reunião, os vereadores receberam a visita dos Organizadores da Conferência Municipal da Igualdade Racial Cláudio César, Maria Célia de Oliveira e Maria Luiza Marcelino, que falaram sobre o assunto.



Vereadores discutiram os projetos em pauta e conversaram com os convidados

Em primeira e única votação, dois projetos foram aprovados pelos vereadores por unanimidade.

- PL 082/09 que “Dispõe sobre a concessão do Título de Personalidade Ubaense do ano ao Empresário Fabiano dos Santos, e contém outras disposições”.
- PL 083/09 que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Honorária de Ubá, ao Senhor Eduardo Marcos da Silva”.

Em primeira discussão e votação, outros três projetos tiveram aprovação por unanimidade dos votos.

- PL 084/09 que “Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento municipal de 2009, para obras de reforma do imóvel do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST/Ubá, e contém outras disposições”.
- PLC 006/09 que “Dá nova redação ao art. 6º, da Lei Complementar 097, de 22 de agosto de 2007, que contém o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Ubá”.

Adiamento

- O PL 086/09 que “Dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMPDC, e dá outras providências”, teve vista concedida ao Vereador Dr. Valadão para que fosse convidada a Secretária Executiva do Procon, Tainá Marazzo.

Dia 14/09

Já durante a reunião do dia 14/09, os Vereadores discutiram seis projetos de Lei. Dois destes tramitavam em votação final. Logo após o encerramento da sessão ordinária, teve início uma reunião extraordinária para apreciação das matérias que haviam sofrido primeira votação durante a sessão ordinária. Novamente, todos os projetos foram aprovados por unanimidade.

Votação final

- PL 084/09 que “Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento municipal de 2009, para obras de reforma do imóvel do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST/Ubá, e contém outras disposições”;
- PLC 006/09 que “Dá nova redação ao art. 6º, da Lei Complementar 097, de 22 de agosto de 2007, que contém o Plano de Custeio do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Ubá”.

Primeira votação. Projetos aprovados por unanimidade.

- PL 086/09 que “Dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMPDC, e dá outras providências”;
- PL 087/09 que “Institui a Semana Municipal da Juventude, e dá outras providências”.
- PL 096/09 que “Altera a redação do Parágrafo Único do art. 3º, da Lei nº 3.763, de 23 de junho de 2009”.
- PL 097/09 que “Autoriza a abertura de Créditos Suplementares ao Orçamento Municipal de 2009”.

Câmara presta última homenagem ao escritor Antônio Olinto

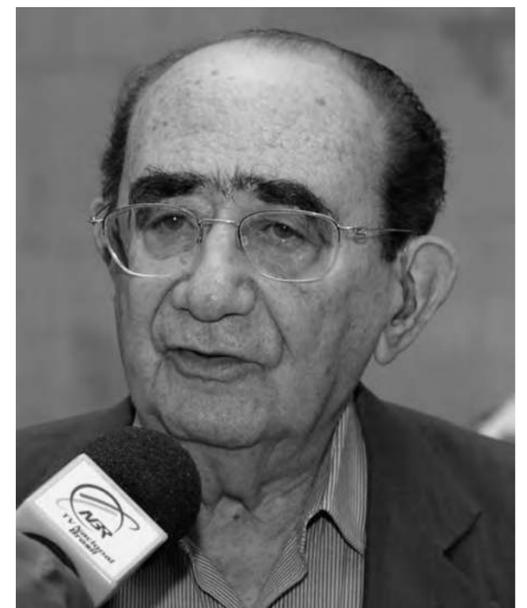
Morreu na madrugada do último dia 12/09, o escritor e crítico literário ubaense Antonio Olinto. O escritor faleceu em sua casa, em Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro, vítima de falência múltipla dos órgãos, aos 90 anos. O corpo foi enterrado no Cemitério São João Batista, em Botafogo.

Durante a reunião ordinária do dia 14/09, os vereadores fizeram um minuto de silêncio em homenagem ao escritor que enalteceu o nome da cidade, colocando-a em destaque no cenário nacional. Na mesma sessão, a Vereadora Rosângela Alfenas apresentou uma Moção de Pesar pelo falecimento do escritor. A proposição fora aprovada por unanimidade.

Antonio Olyntho Marques da Rocha, nasceu em Ubá, e foi batizado no Piau, Minas Gerais. Estudou Filosofia e Teologia nos seminários católicos de Campos, Belo Horizonte e São Paulo. Tendo desistido de ser padre, foi durante 10 anos professor de Latim, Português, História da Literatura, Francês, Inglês e História da Civilização, em colégios do Rio de Janeiro.

Em 2002 foi nomeado pelo Ministro da Cultura para presidir a Comissão Nacional do Centenário de Ary Barroso, também ubaense, comemorado em 07-11-2003.

Sua obra abrange poesia, romance, ensaio, crítica literária e análise política..



Antônio Olinto tinha 90 anos

Saiba mais sobre Área de Preservação Ambiental

Durante a reunião da Câmara Itinerante, ocorrida no último dia 15/09, no distrito de Miragaia, o Diretor Regional de Apoio Técnico da SUPRAM Zona da Mata, Gláucio C. Cabral de Barros Nogueira, falou sobre Área de Preservação Ambiental.

Área de Preservação Ambiental (APA) pode ser definida de várias formas: unidade de conservação; preservação; proteção integral; manejo; uso indireto; uso direto; uso sustentável; zoneamento; plano de manejo; e zona de amortecimento.

O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar: a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração; a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável; a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais,

Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais.

Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade.

A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.

O que é uma APA

Citada no artigo 14, inciso I da lei do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação, Lei N.º 9.985 de 18/07/00), a APA (Área de Proteção Ambiental) faz parte do grupo das unidades de conservação de uso sustentável.

Segundo o artigo 15º a APA é definida como uma área "... em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais."

A "APA" é uma das categorias de UC (Unidade de Conservação) que pode ser constituída por terras públicas e/ou privadas. Na APA deve-se restringir o uso e ocupação do solo, desde que observados os limites constitucionais e, nas áreas sob propriedade particular, o proprietário é quem deve estabelecer as condições para visitação e pesquisa de



Vista aérea da APA Miragaia

acordo com as exigências legais.

Ao órgão responsável pela administração da APA, que presidirá o Conselho da UC, cabe também, determinar as condições e restrições para pesquisas científicas no território da APA.

No sudeste, região com maior número de APAs, uma das principais áreas de preservação permanente é a APA da Mantiqueira que

abrange o território dos estados de Minas Gerais (16 cidades), São Paulo (7 cidades) e Rio de Janeiro (2 cidades) com o fim de proteger uma das maiores cadeias montanhosas da região, a Serra da Mantiqueira. Qualquer UC é criada através de ato do poder público, neste caso, a APA da Mantiqueira foi criada pelo Decreto 91.304 de 03/06/1985.

Centro de Referência do Trabalhador pode se tornar realidade em Ubá

Através da mensagem 057, o chefe do Executivo encaminhou à Câmara Municipal um projeto de Lei que "autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento municipal de 2009, para obras de reforma do imóvel do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador - CEREST/Ubá e dá outras providências".

O projeto foi elaborado mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. O Crédito especial, no valor de R\$105 mil, servirá para cobrir despesas com obras de reforma do imóvel situado no bairro Eldorado, onde funcionará o CEREST/Ubá.

Os vereadores aprovaram o projeto que seguiu para a sanção do Executivo.

Histórico

As ações de Saúde do Trabalhador passaram a ser

competência do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, com a promulgação da Constituição do Brasil (art.200).

Em seguida, em 1990, segundo o regulamento da Constituição, foi sancionada a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8080 de 19/09/90, que dispõe em seu artigo 6º sobre a atuação do SUS na área de Saúde do Trabalhador, sendo entendida como um conjunto de atividades que se destinam, por meio das ações de vigilância epidemiológica e sanitária à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como a recuperação e reabilitação daqueles submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

Desta forma a demanda em Saúde do Trabalhador deve envolver toda a rede de serviços de saúde, desde o

mais simples até o serviço de alta complexidade.

O processo de expansão da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS) significa a conquista de direitos da saúde do usuário/trabalhador.

O que Faz

Atendimento secundário de média e alta complexidade aos trabalhadores acidentados ou com suspeita de doenças relacionadas ao trabalho com a finalidade de estabelecer a relação do processo saúde-doença-trabalho; atendimentos individuais e coletivos a trabalhadores vítimas de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho com a finalidade de prestar assistência e reabilitação; Visitas técnicas aos locais de trabalho com o objetivo de avaliar, eliminar, reduzir ou controlar situações de riscos à saúde tornando os



Com a aprovação do PL, o antigo posto de saúde do Eldorado irá se transformar no CEREST

ambientes de trabalho mais saudáveis e seguros; Ações educativas em Segurança e Medicina do Trabalho e capacitação dos recursos humanos da rede pública e privada; entre outros.

Quem Pode Utilizar

Todos os trabalhadores formais, informais e

estatutário da área de abrangência da Gerência Regional de Saúde portadores ou suspeitos de doenças ocupacionais, vítimas de acidentes do trabalho encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Saúde da Família.

Câmara Itinerante em Miragaia



Câmara Municipal de Ubá
Poder Legislativo



imprensa@camarauba.mg.gov.br